



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As leis sobre educação que conseguem acompanhar o avanço dos tempos desempenham um papel muito importante no desenvolvimento social. O Regime do Ensino Superior está em vigor há mais de 23 anos, foi promulgado em 1991 (Decreto-Lei n.º11/91/M), na época da administração portuguesa, portanto, já está muito desactualizado e não consegue dar resposta ao desenvolvimento social no que respeita à formação de talentos qualificados e competitivos. A sociedade e o sector da educação em particular têm exortado o Governo a avançar com a revisão da legislação correspondente. Eu e muitos deputados já várias vezes apresentámos opiniões sobre a elaboração de uma “nova lei do ensino superior”, a resposta do Governo é que os trabalhos estão a ser desenvolvidos a bom ritmo, no entanto, já se passaram vários anos e aquela nova lei continua por concluir. Na recente sessão de apresentação e esclarecimentos sobre o programa político do candidato a Chefe do Executivo, alguns residentes chamaram à atenção para a promoção do desenvolvimento do ensino superior, ao que Chui Sai On respondeu afirmando que os trabalhos de revisão da “lei do ensino superior” já estão em fase final, e que espera submeter a respectiva proposta de lei para aprovação da Assembleia Legislativa em finais deste ano¹.

Consultei alguns especialistas e académicos do ensino superior que afirmaram que existem problemas que necessitam de ser resolvidos através da revisão da lei em causa: primeiro, a clarificação da relação entre o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior e os estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, assim como as suas funções e competências; segundo, a simplificação dos trâmites procedimentais; terceiro, a reforma do

¹ “Macao Daily”, 25/08/2014.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

regime que regula a distribuição do erário público; quarto, a resolução do problema dos salários baixos, que não atraem os bons docentes a leccionarem em Macau; e quinto, a assunção de padrões internacionais para aperfeiçoar o regime de avaliação do ensino. A nova lei do ensino superior tem de resolver eficazmente as questões existentes, pois só assim é que será possível promover o desenvolvimento saudável das diversas instituições de ensino superior e elevar a qualidade do ensino.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Que se saiba, a proposta de lei de revisão da lei do ensino superior já foi submetida ao Conselho Executivo para efeitos de discussão. Qual é o respectivo ponto de situação? Vai ser submetida à Assembleia Legislativa para efeitos de aprovação em finais deste ano, a fim de dar resposta às exigências do sector da educação?
2. A nova lei do ensino superior vai conseguir resolver eficazmente as questões existentes? Como é que o Governo vai clarificar a relação entre o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior e os estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, assim como as suas funções e competências?

A Deputada à Assembleia Legislativa

Chan Hong

3 de Setembro de 2014